



Ezio Ferreira perante a CPI: suspendendo o juramento de dizer apenas a verdade diante das acusações

Tentativa de deputado para driblar CPI pode resultar na sua cassação

O deputado Ezio Ferreira (PFL-AM) dificilmente escapará da cassação. Seu depoimento foi considerado desastroso pela maioria dos integrantes da CPI do Orçamento. Ferreira depôs ontem ao plenário, mas driblou praticamente todas as perguntas com duas únicas respostas: "isso é um problema de ordem pessoal" ou "essa questão não tem relação com o objeto de investigação da CPI".

"Ele vai ser cassado e depois terá que se entender com a Justiça", afirmou o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). "Foi o depoimento mais deplorável de toda a CPI", emendou o deputado Nelson Trad (PTB-MS). A confusão do deputado amazonense chegou ao ponto mais crítico quando o vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein, lembrou-se de que não havia perguntado ao parlamentar se ele estava ou não disposto a jurar dizer toda a verdade sobre o que sabia. "Vossa excelência quer manter o juramento?", perguntou Klein.

"Não, eu retiro", respondeu Ezio. "Agora ele arranjou uma terceira resposta, ou seja, não vou dizer a verdade", ironizou Aloízio Mercadante. Suspeito de envolvimento com o esquema das empreiteiras, Ezio Ferreira não explicou seu relacionamento com construtoras amazonenses. Disse apenas que era "do ramo". "Sou amigo dos meus amigos e não vou negar isso", sintetizou.

O deputado Ezio Ferreira, que chegou a fazer parte da Comissão do Orçamento, disse que não sabia o que eram subvenções sociais. Quando as perguntas eram sobre o esquema de corrupção das empreiteiras, ele desconvencia, chegando a irritar seus inquiridores. O nome do parlamentar surgiu pela primeira vez logo no início da CPI, citado pelo ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos. Ele disse que havia recebido três passagens aéreas para Aruba de Ezio Ferreira — para ele, sua mulher e seu filho. "Paguei passagens para ele e a família, sim", admitiu o depoente.

tado.

Ferreira não explicou porque recebeu cinco depósitos de mais de um milhão de dólares cada um em suas contas bancárias, entre 1989 e 1990. "Meu movimento bancário é um problema pessoal", repetiu o depoente. Ele acabou apresentando vários documentos para tentar convencer a CPI de que vários dos depósitos eram relativos a contratos de prestação de serviços entre a Solo Engenharia (que é propriedade do deputado) e as outras construtoras. Não conseguiu.

Os parlamentares não entendiam porque depósitos que deveriam ter sido feitos nas contas bancárias da empresa estavam nas contas pessoais do deputado. "O pagamento deveria ter sido feito à Solo, não ao senhor", disparou o relator deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "Deve ter sido confusão dos meus assessores", limitou-se a responder o deponente. "Mais isso é problema meu, da minha contabilidade", reclamou ainda.